PSTU

Ano VI nº 126
15 de dezembro de 2001
Contribuição R$ 1,50

Opinião Socialista

Vem aí a campanha contra o

A cordo para

L egalizar a

C olonização da

A mérica Latina

Declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores

Detenhamos a guerra imperialista contra os povos!

ESPAÇO ABERTO

Militante do PSTU é baleado por encapuzados.

O companheiro e sindicalista André Behle, candidato a presidente pela Chapa 2, Sindicato é para Lutar, chapa de oposição no Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), foi baleado no dia 4 de dezembro às 6:30 horas da manhã, quando saia de casa.

Em frente ao prédio onde mora, um carro com três homens encapuzados que dispararam, acertando-lhe três tiros.

Um atingiu a perna na região do fêmur, causando fraturas múltiplas. Outro acertou o braço e um terceiro atravessou o pescoço na altura das cordas vocais.

O companheiro está internado fora de perigo, mas seu estado inspira cuidados.

Andrezinho, como é conhecido no movimento sindical, é militante do PSTU. Os componentes da chapa de oposição descartam a hipótese de assalto e afirmam que ele tenha sido alvo de um atentado político.

Vamos iniciar imediatamente uma campanha pela apuração da tentativa de assassinato e de repúdio a violência empregada pela diretoria do sindicato contra seus opositores.

A diretoria é ligada a Força Sindical, mas não segue nem mesmo esta central pelega, pois são mais bandidos ainda.

Solicitamos a deflagração imediata de uma campanha repudiando o atentado e exigindo investigação rigorosa. A campanha precisa ser rápida pois novas agressões e atentados podem ocorrer se o movimento social organizado e combativo não tomar nenhum tipo de atitude para impedir que esses métodos de gangster vigorem no sindicalismo e no interior da classe trabalhadora.

Por isso, pedimos a todas as diretorias de entidade sindicais e estudantis que aprovem notas e moções com as seguintes exigências e as enviem para os seguintes endereços:

a) Nota de repudio à violência desenvolvida pela da diretoria do Sindicato dos Municipários, que tem uma tradição de agressão aos seus opositores. Liberdade para as chapas de oposição realizarem suas campanhas sem serem agredidas.

Esta nota deve ser enviada para:

Diretoria do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
A/C de César Pureza, presidente da entidade
no Fax-PABX: (0xx51-) 3221-2136

b) Notas solicitando investigação minuciosa deste atentado com a exigência da punição exemplar destes bandidos que tentaram matar André.

Esta nota deve ser encaminhada para:

Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul
A/C do Secretário José Paulo Bisol - Fax: (0xx51) 3228-2776

1ª Delegacia de Policia - A/C do Delegado Titular -
Fax:(0xx51) 3211-0211

PSTU,
Regional Porto Alegre

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: R. Loefgreen, 909 - V. Clementino - CEP 04040-030 - São Paulo - SP
Fax: (11) 5575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br
Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 - Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo-SP- CEP 04040-030. Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Euclides de Agrela, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

sumário

2002: Novo jornal, novo site

Caros amigos e leitores, esta é a última edição do Opinião Socialista em 2001. A primeira edição de 2002 estará nas ruas no final de janeiro. E aguardem: vem aí o novo Opinião Socialista e o novo site do PSTU. Fique de olho. Boas Festas. Um 2002 de lutas e conquistas para a classe trabalhadora.

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5575.6093 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - alagoinhas@pstu.org.br

Aracaju (SE): Pça Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Bairro Fonolândia - aracaju@pstu.org.br

Bauru (SP): R. Presidente Kennedy, 8-63 - Centro - F.(14) 232.7537- bauru@pstu.org.br

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG): - Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - bh@pstu.org.br

Brasília (DF): EQS 414/415 - LT 1 - Bl. A - Loja 166- F. (61) 346.4926 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651 - F. (19) 3235.2867- campinas@pstu.org.br

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Caxias do Sul (RS): F. (54) 9974-4347

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br

Duque de Caxias (RJ): Ruas das Pedras, 66 casa 1 - Centro

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

Jacareí (SP): Av. Avareí, 649 - Centro - F. (12)3952-9550

João Pessoa (PB): Av. Duque de Caxias, 186 joaopessoa@pstu.org.br

Juiz de Fora (MG): Travessa Antônio Alves Souza, 16 - B. Santa Catarina - F.(32)9966-1136/99798664

Macapá (AP): Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963-1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Mucuri (BA): R. Jovita Fontes, 430 - Centro - F. (73) 206.1482

Natal (RN): R. Coronel José Bernardo, 938, Alecrim - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984 - niteroi@pstu.org.br

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Pelotas (RS): F. (53) 9104-0804 - pstupelotas@yahoo.com.br -

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549 - recife@pstu.org.br

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Rio de Janeiro, Zona Oeste (RJ): Estrada de Monteiro, 538 - Casa 02 - Campo Grande - RJ

Santa Maria (RS): F. (55) 9989.0220- santamaria@pstu.org.br

Salvador (BA): R.Coqueiro de Piedade, 80 - Barris - F.(71)328-6729

Santo André (SP): R. Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos -F. (11) 4427-4391 santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845 sjc@pstu.org.br

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- Paraíso: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - F. (11) 5572.5416
- Zona Sul: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- Zona Leste: Av. São Miguel, 9697 - Praça do Forró - São Miguel - F.(11) 6297.1955

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 191 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

EDITORIAL

Dois grandes desafios para 2002

Renato Benvenutti

O ano de 2001 vai terminando sob o signo da contra-ofensiva do império contra os povos para tentar debelar a crise profunda em que se encontra. A outra cara da mesma realidade são as lutas que crescem e se acirram em todo o mundo. Polariza-se a luta de classes.

Na conjuntura, o império ganhou uma batalha e avança. As bombas não param de cair sobre o povo afegão. Israel aproveita e avança furiosamente sobre os palestinos. O FMI declara que a Alca deve ser acelerada. Nos EUA mais de 1 milhão de trabalhadores foram demitidos.

A Argentina entrou em colapso econômico. A disjuntiva revolução ou colônia não é só um prognóstico para o futuro do país vizinho é uma realidade presente.

A cena do desempregado argentino que se matou diante das câmeras de TV e máquinas fotográficas da imprensa, mostra o desespero a que o sistema capitalista leva a maioria da humanidade. Mas mostra também que a maioria não tem nada a perder se romper com ele.

Aqui, sob a aparente "normalidade" econômica – conseguida às custas de recessão, desemprego, arrocho (e colaboração política da oposição no fundamental) – viceja uma crise profunda.

Crise esta que alimenta as fissuras na base governista. Só a ponta do iceberg dela tem gerado um profundo descontentamento, desgaste do governo, disposição de luta e inúmeras greves.

A heróica greve do funcionalismo e sua vitória – para ficarmos só em um exemplo – é uma demonstração da correlação de forças existente, mas também da tremenda queda de braço e dureza desses tempos. É a sinalização de que o imperialismo, o governo e a burguesia não têm concessões a oferecer. Para vencer é preciso firmeza, determinação e disposição para derrotá-los. O contrário da política covarde da direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC, no caso da Volks.

O governo, entretanto, apesar de derrotado pelo funcionalismo e desgastado por suas medidas autoritárias e outros ataques sobre o povo, voltou ao ataque e ganhou uma batalha: a votação da flexibilização da CLT na Câmara, buscando abrir as porteiras para o rebaixamento dos salários e fim dos direitos trabalhistas. Também não parou a entrega do país: o governo venderá 22% das ações do Banco do Brasil e prepara o banco para a privatização. Tem início também a desnacionalização dos meios de comunicação. E no ano que vem começam oficialmente as negociações para a viabilização da Alca.

Uma alternativa dos trabalhadores

O governo tenta e torce para que o equilíbrio precário da economia não voe pelos ares antes de outubro de 2002. Tenta também costurar um candidato governista com chances. Infelizmente, o PT também torce pelo mesmo cenário, prioriza as eleições com a diferença óbvia de que torce para que FHC não consiga unir o grosso da base governista.

Ao mesmo tempo, o PT busca aliar-se com o empresariado e tornar-se cada dia mais palatável e confiável perante a burguesia e à ordem imperialista internacional, apresentando um programa que nem de reformista pode ser chamado.

O desafio para os trabalhadores é começar 2002 preparando e realizando (depois do fórum social mundial) uma greve geral para derrotar a alteração da CLT. É também construir uma grande campanha e mobilização de massas em torno do plebiscito para dizer não à Alca.

E é fundamental debater e massificar um programa anti-imperialista e anticapitalista para o Brasil, lutando e exigindo que o PT rompa com a burguesia e conforme uma Frente dos Trabalhadores para as lutas e as eleições.

FALA ZÉ MARIA

Organizar o plebiscito sobre a Alca

José Maria de Almeida,
pré-candidato do PSTU a presidente

Nos dias 20 e 21 de novembro ocorreu a reunião do Jubileu 2000 em São Paulo, que decidiu realizar em 2002, na semana do 7 de setembro, o plebiscito sobre a Alca.

Na semana seguinte, entre os dias 27 e 29 realizou-se também em São Paulo a Conferência Nacional para debater Bases para um Projeto Popular para o Brasil. Patrocinada pelo jornal Correio da Cidadania, a iniciativa reuniu representantes do MST, das pastorais sociais da igreja, da Consulta Popular, sindicalistas, a Articulação de Esquerda (corrente interna do PT), o PSTU e outras organizações e grupos. Também esteve presente o PCdoB.

As duas iniciativas revestem-se de especial importância diante da grave crise que vive o Brasil e também diante do programa de conciliação e de rendição ao imperialismo apresentado pelo Instituto da Cidadania e defendido por Lula. Elas partem da compreensão de que é preciso derrotar o projeto de recolonização imperialista que vem sendo aplicado em nosso país e que tal tarefa exige priorizar a ação direta e afirmar medidas de ruptura profunda com esse modelo.

A Conferência chegou a um programa mínimo comum a ser amplamente divulgado por todas organizações presentes, em cada luta e como parte da campanha contra a Alca e organização do plebiscito. Os pontos dessa plataforma são: Não à Alca (inclusive, não aceitar participar das negociações); ruptura com o FMI e não pagamento das dívidas externa e interna; reestatização – sem indenização – das estatais privatizadas; não à Lei de Responsabilidade Fiscal (contra qualquer lei de blindagem financeira e/ou institucional); reforma agrária; redução da jornada sem redução do salário; demarcação das terras indígenas.

Intensificar as lutas de massas, construir esse programa no imaginário dos trabalhadores e do povo e realizar o Plebiscito da Alca foi o consenso a que chegou a Conferência.

Há, certamente, inúmeras diferenças estratégicas entre os diversos agrupamentos, há também desconhecimento ou debates inconclusos sobre possíveis acordos ou diferenças. Mas há acordo mais que suficiente para uma ação e apresentação de uma plataforma mínima comum para os trabalhadores e o povo.

Cada sindicato, cada centro acadêmico, cada organização combativa e de luta deve abraçar com todas as forças a campanha contra a Alca, a organização do plebiscito e a divulgação massiva desse programa.

Acordo é para legalizar colonização da América

Euclides de Agrela, da redação

Vencida a primeira etapa da guerra do império ianque contra o Afeganistão, com a ocupação do país e o início das negociações para o estabelecimento de um governo fantoche, o governo norte-americano volta as suas baterias para América Latina com vistas à implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

No momento em que fechávamos esta edição do *Opinião Socialista*, a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou por um voto de diferença o projeto que concede ao presidente George W. Bush a autorização para negociar tratados comerciais (o *fast track* ou *via expressa*). Com o *fast track*, o Congresso americano poderá aceitar ou negar, mas jamais modificar acordos negociados pelo presidente. Este mecanismo é de fundamental importância para a antecipação da Alca.

Como se isso não bastasse, o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai exercer pressão para que a Alca seja criada. O anúncio foi feito em Ottawa, no Canadá, por Cláudio Loser, diretor da instituição para o Hemisfério Ocidental, durante as reuniões anuais do FMI, do Banco Mundial e do Grupo dos 20 países mais ricos do mundo (G-20). "*Creio que, nos Estados Unidos, há uma visão muito favorável à Alca, que seria o elemento essencial para nossos países nessa região. Vamos fazer muita pressão para que ela seja criada*".[1]

Ou seja, os principais países da América Latina submetidos aos planos de ajuste econômico ditados pelo FMI terão na sua disposição de aderir ou não à Alca um importante quesito para obter novas possibilidades de empréstimos e boas notas na avaliação de suas economias.

O gigante e os anões

Os Estados Unidos detém 76% do PIB das Américas (soma das riquezas produzidas em um ano), o Nafta (área de "livre comércio" entre EUA, Canadá e México) 86%. Sobram 5% para o Brasil e 3% para a Argentina. Cada um dos demais países do continente detém menos de 1% do PIB total.[2] O fim das barreiras e tarifas de importação entre os países que compuserem a Alca é de grande interesse dos Estados Unidos. Só o fato de estabelecer regras iguais para economias absolutamente desiguais já é um completo absurdo. É como dar condições iguais de concorrência a um gigante contra anões.

Como se isso não bastasse, um importante setor da burguesia norte-americana ligada, por exemplo, à produção agrícola e de aço quer que fique fora das negociações, para o estabelecimento da Alca, todas as leis que protegem estes setores da economia no interior do império.

Teoricamente, a maior vantagem que o Brasil poderia obter com a Alca seria a abertura do mercado dos Estados Unidos a produtos agrícolas e a produtos industriais como sapatos e aço, sobre os quais os Estados Unidos impõem barreiras de importação.

O grande problema é que as barreiras norte-americanas são predominantemente de origem não tarifária, como, por exemplo, cotas e regulamentos sanitários e ambientais. Isso significa que o fim das alíquotas de importação entre os países da Alca traria pouco efeito em relação ao acesso desses produtos brasileiros.[3]

Mas isso não é tudo: O governo George W. Bush há pouco acrescentou US$ 193 bilhões (cerca de R$ 486 bilhões), em um período de 11 anos, aos subsídios que já concedia a seus produtos agrícolas.[4]

Os Estados Unidos estudam mexer ainda com outras questões não tarifárias e pretendem incluir entre as regras de investimentos da Alca uma cláusula que permite a empresas processar governos em cortes internacionais num sistema de arbitragem privada estabelecido pelo próprio tratado.

Essa regra existe no Capítulo 11 sobre Investimentos do Nafta e permitiu, por exemplo, que uma empresa norte-americana processasse, em uma corte internacional, uma cidade mexicana que havia fechado um depósito de lixo tóxico da companhia por contaminação dos lençóis d´água.[5]

Renato Benvenutti

O exemplo do Nafta

Deste ponto de vista, o exemplo do Acordo de Livre Comércio da América do Norte é ilustrativo. O representante comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, tira da criação do Nafta o sentido da Alca.

Segundo Zoellick, depois do Nafta, o comércio entre os Estados Unidos e o México passou de US$ 81 bilhões por ano para US$ 274 bilhões por ano. As exportações americanas para o México e o Canadá aumentaram 104% entre 1993 e o ano passado – no resto do mundo cresceram apenas metade disso. Segundo o próprio Zoellick, depois do acordo do Nafta, as exportações agrícolas dos Estados Unidos para o México quase dobraram.[6]

Mas isso não é tudo. O aumento da desigualdade social nos últimos anos foi brutal. Enquanto o "custo médio de trabalho por hora" no setor industrial dos Estados Unidos era de US$ 19,20, no México, era de apenas US$ 2,12. A situação enfrentada pelos trabalhadores – na sua maioria mulheres – das indústrias *maquiladoras* instaladas na fronteira do México com os Estados Unidos é um bom exemplo do que nos trará a Alca: salários abaixo do mínimo, jornadas de trabalho de mais de 12 horas, ausência de amparo legal, limitação da ação sindical, condições insalubres de trabalho e ampliação do trabalho infantil.[7]

1 Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2001.
2 Gilberto Dupas, Opinião p.39, República, junho de 2001.
3 Folha de São Paulo, 19 de abril de 2001.
4 Folha de São Paulo, 23 de agosto de 2001.
5 Folha de São Paulo, 21 de abril de 2001.
6 Dossiê ALCA, p.30, Republica, junho de 2001.
7 Dez razões para dizer não à ALCA, ATTAC-SP.

De vento em popa

As negociações com vistas à implementação da Alca vão de vento em popa. Existe uma série de comitês de negociações que mantém reuniões periódicas. Esses comitês têm autonomia para debater e deliberar sobre acesso a mercados, investimentos, serviços, compras governamentais, agricultura, direito de propriedade intelectual, subsídios, políticas de concorrência, solução de controvérsias, comércio eletrônico, assuntos institucionais, economias menores e relação com a sociedade civil.

Nesses comitês estão se encaminhando negociações com vistas, por exemplo, ao fim das tarifas de importação para os produtos norte-americanos, à privatização dos serviços públicos, à permissão para que empresas norte-americanas possam concorrer em "igualdade" de condições com empresas dos outros países em processos de compras governamentais, ao monopólio das patentes de medicamentos e riquezas naturais, à desregulamentação das leis trabalhistas, etc.

Em 2001 ocorreram duas importantes reuniões: a 6ª reunião dos ministros de comércio do hemisfério, em Buenos Aires, Argentina, em 7 de abril e a 3ª Cúpula das Américas, celebrada em Quebec, no Canadá nos dias 20 e 21.

Em 2002 ocorrerá a 7ª reunião dos ministros, em Quito, Equador, no mês de novembro. E em abril de 2003 terá lugar novamente em Buenos Aires, na Argentina, a 4ª Cúpula das Américas.

Em geral as negociações seguiriam durante 2003 e 2004, para que em janeiro de 2005 possa entrar em vigor o acordo. No entanto, os Estados Unidos não pouparão esforços para antecipar todo este cronograma, como vem comprovar a votação do *fast track* na Câmara de Deputados norte-americana. (E.A.)

Em 2002, diga não à Alca

Realizou-se de 19 a 21 de novembro, em São Paulo, a Plenária Nacional contra a Alca. Esta plenária foi uma iniciativa da Campanha do Jubileu Sul – Brasil encabeçada pela Pastoral Social da CNBB. Participaram da reunião dirigentes do MST, da CUT, da CMP, da UNE, da esquerda do PT, do PCdoB, do PSTU e representantes de vários sindicatos e entidades do movimento popular. De reuniões como esta, deu-se o pontapé inicial para a realização do plebiscito nacional contra a dívida externa ocorrido em setembro do ano passado.

Esta plenária nacional marcou entre os dias 2 e 7 de setembro de 2002 a realização de um plebiscito popular sobre a implementação da Alca. Daqui até a realização do plebiscito ocorrerão inúmeras atividades preparatórias, começando pela realização de plenárias estaduais de dezembro de 2001 a janeiro de 2001 para dar início à campanha. A Plenária Nacional orientou ainda a constituição de comitês contra a Alca em todo o país.

Outro evento que veio a reforçar a discussão e a organização da luta contra a Alca foi a Conferência Nacional para debater bases para um Projeto Popular para o Brasil, ocorrida de 27 a 29 de novembro, também em São Paulo, convocada pelo movimento Consulta Popular e o MST. Participaram do evento além do PSTU, o PCdoB e a Articulação de Esquerda (PT), além de representantes de várias entidades do movimento operário e popular.

Esta conferência aprovou por unanimidade a necessidade de construir um programa que parta da ruptura com a Alca e o FMI, diga não às dividas externa e interna, proponha a reestatização das empresas privatizadas, o fim da lei de responsabilidade fiscal, a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e a reforma agrária. Deliberou-se ainda que estas bases programáticas terão como meio para sua expressão a campanha do plebiscito contra a Alca.

O PSTU vem somar-se a estas iniciativas. Em 2000 participamos ativamente do plebiscito da dívida externa. Em 2002 estaremos na linha de frente da construção do plebiscito da Alca. Desde o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em cada luta mínima da classe e na campanha eleitoral estaremos levando a campanha desse plebiscito, a necessidade da ruptura com o FMI, de um programa anticapitalista e de um governo dos trabalhadores. ***(E.A.)***

Sérgio Koei

Partido dos Trabalhadores aceita Acordo

O Partido dos Trabalhadores, como demonstra a plataforma do Instituto Cidadania, vem se comprometendo em manter todas os compromissos internacionais estabelecidos pelo governo FHC, o que inclui a "renegociação" da dívida externa e inserção "soberana" do Brasil na globalização imperialista. Segue aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal onde governa estados e municípios, propõe manter a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) até 2004 e diz, um ano antes das eleições, que não tocará nas estatais privatizadas.

Para se ter a dimensão do nível de capitulação do PT às imposições do imperialismo ianque, o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) entrou com um projeto no Congresso Nacional com vistas a realização de um plebiscito sobre a participação ou não do Brasil na Alca para... depois da assinatura do acordo! Para aferir se os trabalhadores e o povo aprovam ou não a sua assinatura!

Infelizmente, o maior partido da classe trabalhadora, desta forma, deixa claro que dá a implementação da Alca como um fato consumado. *(E.A.)*

Renato Benvenutti

Campanha contra Alca tem que ganhar as ruas em 2002

Ruptura é tarefa anticapitalista

A implementação da Alca representará um salto gigantesco no processo de recolonização da América Latina pelo imperialismo norte-americano. Todos os governos do continente e os setores mais importantes da burguesia latino-americana renderam-se completamente diante da Alca, a vêem como inevitável e limitam sua ação à negociação de pontos do acordo, contentando-se em definitivo com o papel que lhes foi reservado de sócios menores e acionistas minoritários.

A luta contra a recolonização do Brasil e demais países da América Latina possui um conteúdo cada vez mais abertamente anticapitalista. A ruptura com a Área de "livre Comércio" colocará como sua conseqüência imediata a necessidade de se romper todos os acordos com o FMI.

A ruptura com o Fundo Monetário colocará questões cruciais como o não pagamento da dívida externa e interna e a estatização do sistema financeiro. A reestatização das empresas privatizadas não deixará de pautar a necessidade da expropriação das grandes multinacionais sob controle dos trabalhadores. A redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, ao ser imposta, levantará como necessidade o controle operário da produção. A reforma agrária não poderá viabilizar-se sem a expropriação do latifúndio e da grande agroindústria.

Estas tarefas não podem ser cumpridas por nenhum setor da burguesia ou conquistadas simplesmente pela via eleitoral. Caberá aos trabalhadores da cidade e do campo em sua ação direta e organização independente colocaram-se à cabeça da batalha para impedir a imposição da Alca e levantarem um programa para tirar o país da crise. **(E.A.)**

Alca em números

Habitantes	809 milhões
PIB Total	US$ 11,4 trilhões
PIB dos EUA	US$ 8,9 trilhões (77% do total)
Comércio Exterior	US$ 2,7 trilhões
Mercado da Américado Sul	336 milhões de habitantes
Mercado do Nafta	403 milhões.

Leia mais sobre a Alca no site oficial: www.ftaa-alca.org

Projeto precisa passar pelo Senado e pode ser derrotado com mobilização

Luta contra alteração da CLT não acabou

Mariúcha Fontana,
da redação

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 4 de dezembro o projeto de lei que altera e flexibiliza a CLT. Com 264 votos a favor, 213 contra e duas abstenções, FHC ganhou a primeira batalha da guerra para arrancar os poucos direitos que possuem os trabalhadores.

Mas o projeto, para virar lei de fato, ainda precisa ser votado e aprovado no Senado. Não há tempo hábil para que seja apreciado ainda este ano e tudo indica que será votado somente em março de 2002.

Haverá mais contradições para o governo no Senado, pois tal votação em ano eleitoral é mais amarga para os picaretas que precisarão renovar seus mandatos. Também no Senado as divisões da base governista terão maior expressão, já que o PMDB tem mais peso proporcional naquela casa.

O mais importante para os trabalhadores, no entanto, é que há tempo para construir uma grande mobilização até lá. É preciso e possível construir uma greve geral. Esta é a única garantia de inviabilizar esse projeto que se constituirá – se aprovado – numa derrota histórica no que toca às conquistas e direitos da classe trabalhadora.

Essa vitória do governo na Câmara fortalece a ofensiva da patronal pelo rebaixamento dos salários. Na rasteira do acordo da Volks, esse projeto de lei aprovado institui um roteiro no qual a redução de salários ganha espaço nos acordos coletivos.

Ele destranca a porteira para o capital atropelar completamente o trabalho. Como diz o ditado, onde passa um boi passa uma boiada. Por isso é preciso fechar a porteira.

O 13º, férias, adicional noturno, licença maternidade de 120 dias, horas extras remuneradas, aviso prévio, seguro desemprego e muito mais podem virar pó para os trabalhadores e se transformar em mais lucros para a burguesia.

Uma campanha pra valer de denúncia deste projeto e de mobilização dos trabalhadores é possível. Os trabalhadores têm tudo para ganhar essa guerra.

Alan Marques

Protesto em Brasília durante votação da CLT

Preparar greve geral para março

No fechamento desta edição a CUT reuniu sua Executiva Nacional e aprovou a realização de uma greve geral para a 1ª quinzena de março. Dirceu Travesso, membro da Executiva da CUT e do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)** nos declarava: "*nós do MTS e todo o bloco de esquerda da CUT vamos defender que a Central convoque e prepare desde já uma greve geral para o mês de março para barrar esse projeto no Senado. Na minha avaliação, o mais provável, é que essa proposta ou ao menos um dia de paralisação nacional será aprovado. Não há, entretanto, a garantia de que esta não seja uma mera resolução formal para a maioria da direção da CUT, que várias vezes já aprovou propostas da esquerda, mas depois não moveu uma palha para construí-las e encaminhá-las. De toda forma, a primeira batalha é por aprovar a proposta e uma campanha para viabilizá-la*".

Segundo Dirceu, toda a esquerda cutista deverá ter como centro de sua atividade construir pela base essa mobilização e campanha pressionando assim para que o conjunto da CUT faça o mesmo. É possível uma grande paralisação unificada de todos batalhões pesados da classe trabalhadora brasileira.

O papel central da CUT não deve se limitar a "ameaçar" que fará uma campanha para que os parlamentares governistas não se reelejam e que "*colará suas caras nos postes em outubro de 2002*", como andou declarando João Felício. Isso também pode ser feito.

Mas, a grande arma da CUT não é fazer campanha eleitoral de dois em dois anos e sim a mobilização da classe trabalhadora. Do contrário, na hora "h" o governo compra os deputados e senadores e a classe trabalhadora fica chupando o dedo.

Além de derrotar o projeto de alteração da CLT, essa mobilização poderá ser uma grande alavanca para a construção do plebiscito contra a Alca. **(M.F.)**

Alca e CLT: tudo a ver

Uma das prioridades da Alca e também uma das cláusulas do acordo com o FMI é a exigência de um mercado de trabalho flexibilizado e precarizado.

FHC está atrelado ao FMI, à Organização Mundial do Comércio, aos acordos com a União Européia, aos interesses das transnacionais e às negociações da Alca.

E a Alca vai muito além da abertura de mercados: trata-se de criar uma institucionalidade que consolide e garanta o domínio das corporações transnacionais.

É por isso que FHC já tem engatilhado mais dois projetos na rabeira deste que foi aprovado na Câmara.

O Departamento Intersindical da Avaliação Parlamentar (Diap) informa e denuncia que: "*Fernando Henrique após aprovar várias leis específicas permitindo a flexibilização de direitos pela via da negociação (banco de horas, contratação a tempo parcial, suspensão temporária do contrato, contratação por prazo determinado, participação nos lucros, comissões de conciliação prévia), resolveu propor uma lei geral que inverte o procedimento atual, alterando o artigo 618 da CLT.*

O projeto que tramita na Câmara (...) é apenas uma das pernas do tripé que o governo pretende encaminhar ao Congresso no plano infraconstitucional (...)

Os outros dois, que serão enviados posteriormente, cuidarão: a) do fortalecimento e ampliação dos poderes das comissões prévias de conciliação, e b) das mudanças nos critérios de financiamento das entidades sindicais, condicionando os descontos em favor das entidades ao êxito nas negociações".

Além de fortalecer a patronal para arrancar direitos, o governo pretende atrelar as receitas dos sindicatos ao "êxito" dos acordos que prevalecerão sobre a lei. Traduzindo: sindicatos poderão fazer finanças com redução de direitos.

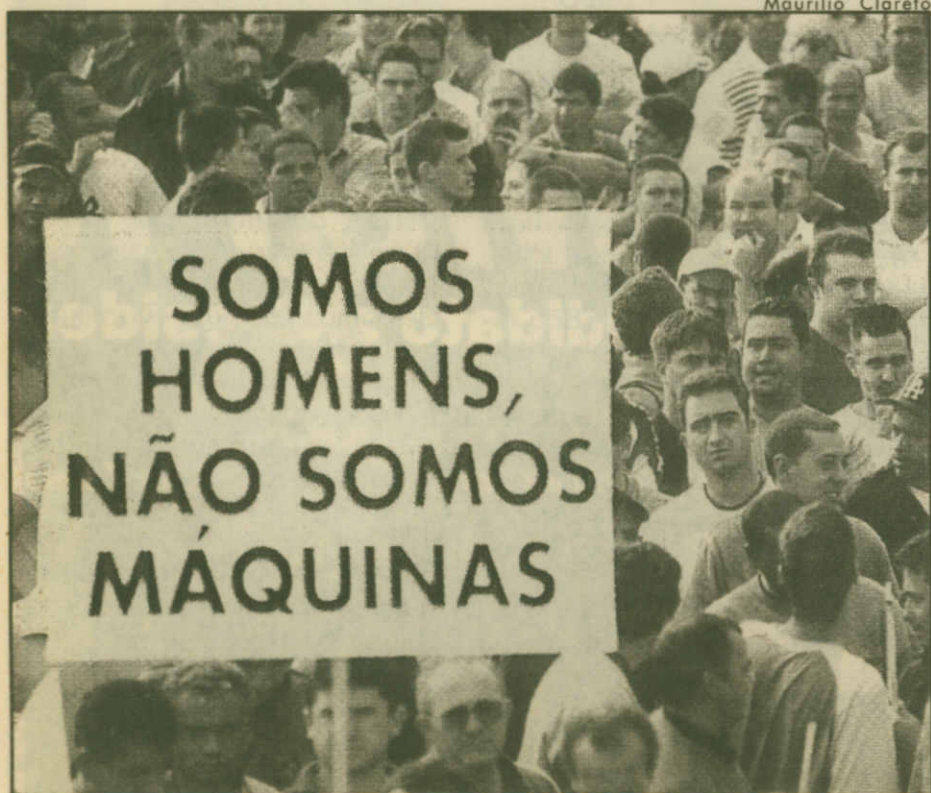
Aí é que a vaca vai mesmo para o brejo.

O objetivo de FHC – da Alca e FMI — é aumentar o lucro das empresas via aumento da exploração dos trabalhadores.

A Alca reserva ao Brasil o "padrão China" de exploração, onde a remuneração hora média é inferior a US$ 1. O custo da mão de obra brasileira já é dos mais baixos do mundo: US$ 2,79 a hora, contra US$ 21 na Alemanha; US$ 14 nos EUA e US$ 4,16 na Coréia do Sul. (M.F.)

V O L K S *Mil metalúrgicos serão demitidos e salários são reduzidos*

Acordo é retrocesso para os trabalhadores

Maurilio Clareto

Assembléia dos metalúrgicos da Volks durante a greve

Emmanuel (Satã),
de São Bernardo do Campo

No último dia 21 de novembro, os trabalhadores da Volks aprovaram em assembléia um pacote de medidas que flexibiliza salários (15% de redução), a jornada (passa a ser de 36 a 44 horas semanais), aumenta em 8,16% o preço da refeição, transporte e convênio médico; rebaixa o piso em quase R$ 300. Além disso, o aumento da data-base será dividido em duas vezes, sendo 5,44% em novembro e 2,72% como abono que só será incorporado aos salários em novembro de 2002. Por fim, mil metalúrgicos serão demitidos. É isso mesmo, haverá mil demissões na Volks apesar do acordo.

Cerca de 700 trabalhadores terão que deixar a empresa até 31 de janeiro de 2002 junto com os 300 que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Também faz parte do acordo a abertura de PDVs durante todos os anos de vigência do acordo (o acordo tem validade de cinco anos). Com um agravante: a empresa poderá demitir os funcionários que ela definir como de baixo desempenho. O Sistema Único de Representação (corresponde a comissão de fábrica) vai acompanhar este processo em conjunto com a direção da fábrica. O PDV vai ser PDI (Plano de Demissão Indicada).

Mais uma vez a *Articulação Sindical* (corrente que dirige o Sindicato do ABC) cedeu à chantagem das multinacionais, aceitando a rendição dos trabalhadores no começo da luta.

A direção do Sindicato negou-se a travar uma luta conseqüente contra mais uma reestruturação e redução de custos imposta pela Volks. Ao assinar e defender a flexibilização, o Sindicato forneceu também um ótimo argumento para o governo aprovar a mudança na CLT: se patrões e empregados na Volks negociam e fazem um acordo onde o "negociado prevalece sobre o legislado" porque não estender esse mecanismo para todo o país?

As propostas já eram conhecidas por todos os trabalhadores da fábrica. Aliás, foi contra as mil demissões que queria fazer por ano, que a proposta inicial da empresa foi rejeitada.

Com a ameaça de 3 mil demissões a direção do Sindicato, ao invés de enfrenta e unificar a mobilização com os operários da Scania — que viviam o mesmo processo — foi para Alemanha e de lá anunciou que tinha chegado a um acordo. Este foi apresentado na assembléia da seguinte forma: se os trabalhadores não aprovassem o acordo, a empresa manteria as 3 mil demissões.

Mesmo com uma greve que já durava uma semana os trabalhadores ficaram num beco sem saída e tiveram que engolir a seco o acordo, já que a direção do Sindicato não queria prosseguir a greve de jeito nenhum.

O mas impressionante foi ver militantes da *Articulação Sindical* carregarem o presidente do Sindicato, Luis Marinho, nos ombros, para mostrar que o acordo era uma vitória. Nunca se viu isso no ABC: a empresa demite mil trabalhadores e os dirigentes comemoram.

Era possível outro caminho

A direção do Sindicato não tinha nenhuma necessidade de aceitar esta proposta. A greve estava forte, tinha uma enorme repercussão nacional, os trabalhadores estavam unidos e tinham disposição de luta.

Era possível ampliar o debate sobre o desemprego, unificar a luta com os trabalhadores da Scania e impor uma lógica de resistência e enfrentamento. Mas nada disso foi feito, em seu lugar uma simples rendição sem luta.

Para fazer o balanço do acordo de flexibilização na Volks será necessário relembrar o que foi feito na campanha salarial. Isto porque existe um fio de continuidade entre os dois acordos. O pano de fundo dessa postura são as eleições do ano que vêm.

Na campanha salarial a direção recusou-se a apresentar um índice de aumento real. Ao final, assinou um acordo de dois anos de reposição salarial. Os metalúrgicos do ABC só farão campanha salarial em 2003.

O argumento usado pela diretoria do Sindicato foi categórico: "*os patrões não vão poder dizer que estamos usando os trabalhadores para fins eleitorais*".

Nunca na história os metalúrgicos do ABC deixaram de fazer campanha salarial por causa de ano eleitoral. Ao assinar o acordo de dois anos, a direção do Sindicato rendeu-se também ao argumento dos patrões, de que os trabalhadores seriam usados para ganhar votos.

É um direito da diretoria do Sindicato apoiar a candidatura de Lula ou qualquer candidato que defenda a classe trabalhadora. O que é um grande erro é deixar de lutar pelos direitos da classe em ano eleitoral.

Para garantir um pleito tranqüilo no ano que vêm e mostrar à sociedade que os metalúrgicos irão agir dentro da ordem e da democracia, o capital pode fazer sua reestruturação. Dessa forma, a direção do Sindicato deixou os trabalhadores em um beco sem saída, com um acordo que impôs mil demissões, sem campanha salarial no ano que vem e apenas com a perspectiva de que a vida mude pelo voto. (E.)

MOVIMENTO

Gazeta dá calote

Lene Lobo,
de São Paulo

Durante o feriado do dia 15 de novembro, a Gazeta Mercantil, demitiu por telegrama cerca de 150 profissionais. A surpresa: entre eles vários não-grevistas. E para dividir e findar o movimento ainda criou uma divisão entre os demitidos sem justa causa e por justa causa — apesar desta não ter validade alguma.

Na calada do feriado, o "sinistro" Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, o Sr. Almir Pazzianoto, concedeu um ardiloso aval aos argumentos da patronal, retirando todas as garantias dadas pelo Tribunal Regional do Trabalho (pagamento de salários e férias em dia, depósito do FGTS, estabilidade de 60 dias, pagamento de multa por atraso e pagamento dos dias parados — em função da greve que durou 25 dias), mas mantendo a legalidade da greve.

Quer dizer, a greve é legal, mas a empresa paga como e quando puder. Calote nos trabalhadores.

Agora só restou a opção pela maior parte dos demitidos de entrar com ações individuais para tentar receber daqui a sabe-se quanto tempo aquilo a que têm absoluto direito: salários.

Não bastasse o calote imediato, os patrões do jornal estão propondo um pacote em que o item principal é o escalonamento do pagamento. O trabalhador que tem até R$ 100 mil para receber pode ser pago em 36 vezes e para aquele que o jornal deve mais de R$ 100 mil, a opção é receber em até 72 vezes.

A proposta lembra bem o financiamento de imóvel no país, com uma diferença fundamental: os valores não terão correção alguma.

"Precisamos construir alternativa de ruptura"

*Zé Maria, pré-candidato à Presidência da República pelo PSTU, em entrevista ao **Opinião Socialista**, faz uma avaliação da campanha por uma Frente dos Trabalhadores com um programa anti-imperialista e anticapitalista e fala dos desafios para as lutas dos trabalhadores e para a esquerda socialista em 2002.*

Opinião Socialista — Como foram estes meses de batalha por uma Frente dos Trabalhadores com um programa anticapitalista? Que avaliação você faz do lançamento da tua pré-candidatura como instrumento desta luta?

Zé Maria — Faço uma avaliação muito positiva deste processo. Realizamos atividades de lançamento da pré-candidatura em mais de 15 estados, reunindo cerca de 4.500 ativistas e militantes dos movimentos sociais.

A receptividade a esta discussão, sobre a necessidade de uma Frente dos Trabalhadores com um programa anticapitalista tem sido muito boa. Há uma inquietação grande na vanguarda, na base do PT, nos militantes socialistas de maneira geral com a contradição evidente entre a situação em que vivemos — de crise do país e do mundo, de avanço da barbárie capitalista por um lado e, por outro lado, o programa apresentado pelo Instituto Cidadania, da direção do PT, um programa burguês, que capitula aos principais fundamentos do modelo neoliberal.

> "A pré-candidatura tem sido importante para promover e alimentar o debate sobre programa."

Há um rechaço importante à idéia de alianças com empresários, como o ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, que está sendo cotado para vice do Lula. Neste sentido a pré-candidatura tem sido uma ferramenta importante para promover este debate, e para ir fazendo germinar uma alternativa de classe e socialista a este projeto que vem sendo implementado pela direção do PT.

Opinião Socialista — No final de novembro, em São Paulo, o jornal Correio da Cidadania patrocinou uma Conferência Nacional para debater "As bases para um projeto popular para o Brasil". O que de concreto se decidiu aí para balizar a atuação da esquerda no próximo ano?

Zé Maria — Foi muito importante essa reunião. Ela possibilitou a construção de um acordo, envolvendo várias forças políticas, definindo a ruptura com este modelo de dependência, de subordinação do nosso país aos banqueiros internacionais como tarefa central para o próximo período. Isso se daria através da popularização, da construção de um amplo movimento de massas, contra a Alca, contra o pagamento da Dívida Externa e pela ruptura com o FMI, alem de uma série de outros pontos importantes. Poderemos aproveitar a campanha do Plebiscito da Alca para levar adiante a construção deste movimento.

Sérgio Koei

Zé Maria, durante ato de lançamento da sua pré-candidatura em São Paulo

Opinião Socialista — Como se insere a sua pré-candidatura nesta luta?

Zé Maria — No interior das forças que compuseram este acordo encontramos várias opções partidárias que deverão apostar em candidaturas distintas nas próximas eleições, ou mesmo não apostar em nenhuma. Mas, da nossa parte, vamos colocar a campanha da nossa pré-candidatura a serviço da construção desse processo de luta contra o imperialismo e da divulgação do Plebiscito da Alca.

Opinião Socialista — É possível lutar por ir construindo no movimento de massas uma pauta que tenha como centralidade a ação direta e um programa anti-imperialista e anticapitalista, quando a direção majoritária – a maioria do PT e a maioria da direção da CUT – centram toda sua ação nas eleições, num programa capitalista, de rendição ao imperialismo e na conciliação e alianças com a burguesia?

Zé Maria — É possível, e mais que isso, é necessário. O curso político da direção do PT vai no sentido do abandono total de qualquer perspectiva de luta por uma transformação socialista no nosso país. Justamente no momento que mais avança a barbárie capitalista, o desemprego, a fome, a violência contra o povo pobre, que caracteriza essa sociedade.

Aqueles portanto, que acreditam na necessidade de destruirmos essa sociedade baseada na exploração, e na necessidade de construirmos uma sociedade socialista, onde haja vida digna, liberdade e paz para todo povo, tem a obrigação de apresentar esta alternativa aos trabalhadores e à juventude brasileira.

A construção de uma alternativa tem que se dar colada às lutas. Agora por exemplo, deve se dar colada ao movimento para construirmos uma grande Greve Geral no país, com protestos e manifestações, para derrotar a tentativa do governo de eliminar nossos direitos que estão na CLT.

> "É tarefa de toda esquerda socialista construir uma alternativa de ruptura"

E esta tarefa não é só da militância do PSTU. Tenho dito isso nas atividades de lançamento da pré-candidatura e quero reafirmar: essa tarefa é de todos e todas que acreditam na necessidade de uma transformação socialista no nosso país, que virá através da luta do povo.

É portanto de toda a esquerda socialista, esteja ela no PSTU, na esquerda do PT, no PCdoB, no PCB, ou sem nenhuma opção partidária no momento. Construir essa alternativa agora é fundamental para evitar a desmoralização de toda essa geração de militantes, frente a um eventual governo Lula que repita a tragédia que tem sido o governo De la Rua na Argentina.

Opinião Socialista — Como encarar as eleições de 2002 desde esta perspectiva de ruptura?

Zé Maria — O desafio para 2002 é construir uma alternativa anticapitalista, lutando pela frente dos trabalhadores e por um programa de ruptura.

Insisto numa questão: essa transformação socialista, a aplicação de um programa que rompa com o imperialismo e com o capitalismo só será possível através do fortalecimento da organização e da luta dos trabalhadores e do povo. Portanto é aí que deve estar centrado o foco da nossa atenção.

Mesmo a campanha eleitoral deverá estar a serviço principalmente de fazer avançar a consciência, a organização e a luta dos trabalhadores e do povo, no sentido, no rumo de uma revolução, que abra caminho à construção de uma nova sociedade, de uma sociedade socialista.

Ano novo, novas disputas

Américo Gomes,
membro da Secretaria Sindical do PSTU

O ano de 2001 terminou deixando importantes lições para os trabalhadores. Houve muitos ataques dos patrões e do governo, mas também houve muitas lutas.

O governo e os patrões obtiveram vitórias importantes, como a alteração da CLT na Câmara dos Deputados e o acordo da Volks. Mas os trabalhadores também conseguiram impor derrotas ao governo, particularmente os servidores públicos federais (previdenciários, servidores e professores das universidades) e os petroleiros.

O funcionalismo público federal esteve na vanguarda. Suas greves foram dificílimas, duraram em media 100 dias; ocuparam reitorias, bloquearam estradas, invadiram universidades, fizeram caravanas a Brasília, atos unificados, adiaram vestibulares e se enfrentaram com a policia muitas vezes.

Demonstraram que com determinação, combatividade e unidade sería possível derrotar FHC e o FMI.

Um dos grandes problemas que tiveram os trabalhadores nestas lutas foi que a *Articulação*, corrente que dirige o PT e a CUT, esteve muito longe de cumprir um papel a altura de uma verdadeira direção do movimento.

Deixou as greves do funcionalismo publico federal sem o devido apoio que as capacitasse a derrotar o governo mais rapidamente. Claro que vários dirigentes nacionais estiveram presentes em Brasília e nos Comandos, o problema é que não se desenvolveu uma campanha de solidariedade efetiva. Por exemplo, poucos sindicatos se moveram para garantir o apoio financeiro quando os servidores ficaram sem salários.

Luis Carlos Sena

Marcha da Educação em Brasília durante greve dos servidores

Na greve dos petroleiros foi pior, a *Articulação Sindical* chegou a defender a volta ao trabalho na Bacia de Campos e a desocupação das plataformas. Porem, o corte de gás patrocinado pelos petroleiros de Campos foi determinante para o triunfo da greve.

Na campanha salarial dos bancários, a corrente majoritária da CUT defendeu um acordo onde os funcionários do Banespa vão ficar três anos sem aumento. No Banco do Brasil defenderam um acordo rebaixado, recusou-se a unificar a luta da categoria e deixou que vários bancos fossem a paralisações isoladamente.

A chave de ouro foram os acordos da Scania e da Volkswagen, no ABC Paulista, ambos retiraram direitos, para supostamente garantir empregos. Os metalúrgicos foram derrotados sem luta, através da política da *Articulação Sindical* de parceria com a direção da empresa.

Assim, neste final de ano, assistimos a dois caminhos diferentes tomados no movimento sindical, um foi o dos servidores públicos federais que, com uma direção combativa, contrariando todas as adversidades, foram à greve e venceram; o outro foi o da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que aceitaram o rebaixamento de salários, direitos e as demissões.

Coerente com sua lógica política a Articulação não construiu um processo de resistência contra a alteração da CLT patrocinada pelo governo FHC.

Não se construiu um plano de lutas, não se preparou uma paralisação nacional e nem nenhum outro processo de mobilização unificado e nacional.

Mas o balanço desse segundo semestre de 2001, demonstra que se houvesse um processo de mobilização nacional, a derrota do governo poderia ter sido acachapante.

Surgem alternativas

O desafio da esquerda combativa que esteve a frente de vários enfrentamentos neste ano será unificar estes distintos processos na perspectiva de construção de uma alternativa de direção, tão necessária ao movimento.

Isso passa pela coordenação de distintos setores que, mesmo tendo diferenças, apostem na ação direta e na independência da classe trabalhadora.

Será um processo que combinará a participação em grandes campanhas políticas , como por exemplo, na campanha do plebiscito contra o Alca em 2002, com a disputa da direção em greves e eleições sindicais

Particularmente, a construção da Federação Democrática Nacional dos Metalúrgicos passará por uma prova de fogo nas eleições dos sindicatos de Campinas, BH/Contagem, ABC, Rio de Janeiro e Volta Redonda, todas no primeiro semestre de 2002.

Assim como a eleição da Apeoesp (o sindicato dos professores estaduais de São Paulo), em meados do ano, equacionará de maneira distinta a construção de uma alternativa no setor da Educação.

Da combinação destas ações certamente se construirá uma alternativa de direção democrática e combativa tão necessária para a classe trabalhadora. (A.G.)

MTS faz Encontro em São Paulo

Jocilene Chagas,
de São Paulo

O seminário estadual do Movimento por uma Tendência Socialista na CUT (MTS), realizado no último dia 24 em São Paulo, contou com a participação de cerca de 400 ativistas de diversos sindicatos. O encontro serviu de base para organização de setores da esquerda da CUT que terão grandes desafios no próximo ano. Além da eleição presidencial, haverá disputas sindicais importantes como a eleição da nova direção da Apeoesp (sindicato dos professores de São Paulo), metalúrgicos do ABC, entre outros.

Durante a discussão sobre conjuntura ficou clara a necessidade de uma organização nacional que impulsione a luta no país. Como direção do movimento de massas, o PT e a maioria da CUT não mobilizaram os trabalhadores para impedir a aprovação do projeto de lei que flexibiliza as leis trabalhistas.

Para a coordenadora do MTS no Estado, Aparecida Lamas, o encontro foi importante porque deu oportunidade aos ativistas discutirem a situação do país, do mundo e os problemas do dia-a-dia do sindicato. "Estamos num momento privilegiado. Há uma sede muito grande de conhecimento. A luta de classe está cada vez mais acirrada e os trabalhadores sentem a necessidade de se armar e atuar organizadamente", disse.

No seminário, foram realizadas 10 oficinas, que trataram diversos temas.

Ao final, o pré-candidato a presidência da República pelo PSTU, Zé Maria de Almeida, falou sobre a necessidade da criação de uma frente dos trabalhadores para disputar as eleições do ano que vem.

O acordo assinado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Volks também foi um dos pontos de destaque nas intervenções de lideranças sindicais, inclusive do PT. "Sem dúvida a luta dos trabalhadores passa por grandes manifestações de rua e não em parcerias com as empresas", disse o dirigente da CUT nacional e membro da Alternativa Sindical Socialista (ASS), Jorginho Martins, que convidado ao seminário do MTS fez parte da mesa de abertura do encontro.

2ª edição terá início no dia 31 de janeiro de 2002

Fórum deve defender que mundo socialista é possível

Eduardo Almeida,
membro da direção nacional do PSTU

De 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002 vai se realizar em Porto Alegre a segunda edição do Fórum Social Mundial. O primeiro evento, ocorrido em janeiro passado na mesma cidade, atraiu 16 mil pessoas de 117 países. Neste ano os organizadores esperam 50 mil participantes.

O sucesso da primeira edição do Fórum deveu-se a uma mudança na situação política mundial. Depois dos anos 90, em que assistimos a uma ofensiva neoliberal em toda a linha, as mobilizações de Seattle, Praga, apontavam uma nova situação. As ações diretas nas ruas contra as instituições símbolo do imperialismo (FMI, Banco Mundial, OMC) indicavam fenômenos mais profundos de contestação aos planos neoliberais.

O Fórum de Porto Alegre propunha-se a ser uma alternativa ao Fórum de Davos (reunião das grandes empresas internacionais, que se realizava na mesma data). Com isso ganhava visibilidade para apresentar um programa alternativo ao neoliberalismo.

De um lado Davos, com economistas, intelectuais, políticos ligados ao grande capital pensando como continuar os planos que lhes asseguram grandes lucros e escapar da crise econômica que já alcança os países imperialistas. De outro, em Porto Alegre, representantes da esquerda, intelectuais, ONGs, representantes das minorias discutiriam uma alternativa programática e de mobilização contra o neoliberalismo.

Protestos com centenas de milhares: Gênova, julho de 2001

Uma alternativa reformista

Mas, na verdade, o Fórum foi uma iniciativa de setores que tinham pouco a ver com os que se mobilizaram nas ruas em Seattle, Praga ou Quebec. O empresário brasileiro do setor de brinquedos Oded Grajew; o francês Bernard Cassen, editor do Le Monde Diplomatique, Francisco Whitaker, da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, Sérgio Haddad, presidente da Abong (Associação Brasileira de ONGs), mais representantes do IBASE , e da direção da CUT foram o núcleo criador do Fórum.

Setores ligados a parcelas da burguesia, da esquerda da social democracia européia, da direção do PT e da CUT projetaram o Fórum como uma alternativa reformista: afirmando mudanças parciais, sem ruptura com as multinacionais, nem a fundo com o modelo neoliberal.

Bernard Cassem, talvez o mais influente fundador do Fórum, além do Le Monde Diplomatique é também dirigente da ATTAC, uma entidade internacional que luta pela adoção da Taxa Tobin, uma espécie de CPMF a nível internacional que teria como objetivo conter os fluxos financeiros especulativos. A experiência brasileira já demonstra a superficialidade do ímpeto reformista da ATTAC.

Oded Grajew é o grande defensor de uma mobilização mundial dos consumidores. Estes conseguiriam com sua pressão, segundo ele, fazer com que as empresas pagassem salários justos, não poluíssem o meio ambiente, não especulassem. Bastaria que todos parassem de consumir um produto para que a empresa em questão mudasse seus rumos. Só falta convencer a população esfomeada do mundo que, quando tenha algum dinheiro para consumir, deixe de comprar tal ou qual produto apesar de ser mais barato, porque a empresa não é "socialmente correta".

Os setores dirigentes do Fórum defendem a "cidadania" como grande objetivo para todos os explorados. Para eles, não existiriam trabalhadores com interesses contrapostos aos da burguesia, mas sim "cidadãos" com interesses comuns em saúde, educação, habitação, etc. Bastaria aplicar então um programa de "inclusão social", mantendo a estrutura capitalista, com reformas pontuais ao estilo das prefeituras petistas (bolsa-escola, etc) e uma forma mais democrática (o orçamento participativo, por exemplo), para que o mundo fosse maravilhoso. Não por acaso o lema do Fórum é extremamente vago: "um outro mundo é possível".

Um mundo socialista é possível

A primeira edição do Fórum discutiu estes e outros pontos programáticos, começando a gestar um programa na via da construção de uma organização reformista internacional, com um peso crescente em todo o mundo. Com a crise do neoliberalismo e da social democracia , uma nova alternativa "propositiva" e reformista estaria em gestação. Algo assim como uma 4ª via.

Mesmo em termos das mobilizações contra a globalização, o Fórum não se propôs a fazer um esforço de unificação. Durante a primeira edição, a direção do Fórum impediu uma manifestação do MST que seria feita em frente ao Mac Donald's. A mobilização de Buenos Aires contra a Alca, ocorrida logo após, não contou com a presença nem com o apoio efetivo da direção do Fórum.

È que estes setores dirigentes apontam para um programa de mudanças cosméticas por dentro da estrutura capitalista, negociando reformas extremamente tímidas, sem uma contestação aberta do imperialismo e do capitalismo. Para de verdade construirmos um mundo novo será necessário derrotar o imperialismo e abrir as portas para a construção do socialismo. Para nós, "um outro mundo socialista é possível".

Esquerda articula campanha contra a Alca

Durante o ano de 2001, no entanto, o Fórum foi crescendo cada vez mais, sempre se aproveitando da crise crescente do neoliberalismo. Só aqui da América Latina podemos assinalar a adesão do zapatismo e dos dirigentes da insurreição equatoriana de janeiro de 2000. Também os ativistas de Seattle e Gênova devem estar mais representados. Tudo isto deve levar a uma presença ainda maior neste ano.

Duas grandes questões podem dar ao Fórum deste ano um resultado distinto do ano passado.

Em primeiro lugar a questão da guerra. Caberia ao Fórum uma posição de denúncia clara da guerra imperialista e um chamado a mobilização em todo o mundo. Infelizmente as primeiras declarações da direção do Fórum indicam o oposto: a denúncia severa do terrorismo, sem nenhum ataque sério ao governo norte-americano.

Em segundo lugar, a questão da Alca. A boa notícia é que a luta contra a Alca não depende exatamente da direção do Fórum, assim como tampouco da direção da CUT e do PT no Brasil. Existe toda uma articulação latino-americana, afirmada em uma Conferência contra a Alca em Havana agora em novembro, que aponta para uma campanha de massas, com plebiscitos em todos os países de nosso continente. Esta campanha deve ser lançada no Fórum, em um ato que os organizadores esperam reunir cem mil pessoas (contando também com a figura de Fidel Castro).

Arquivo

Mesa da Rede Sindical durante 1º Fórum Social

Esta atividade da Alca será a expressão de uma atividade que praticamente está sendo articulada pelo MST. Durante quase todos os dias vão ocorrer seminários, palestras, oficinas com uma programação mais à esquerda: como o Tribunal da Dívida Externa, a discussão e o ato contra a Alca e um debate sobre o socialismo.

Além disso, como parte desta iniciativa de esquerda, ocorrerão vários seminários e oficinas com a real intenção de discutir uma alternativa revolucionária neste início de século. Pode ser que neste ano não exista só um Fórum "propositivo" em Porto Alegre, mas se expresse também uma alternativa à esquerda. Uma voz mais à esquerda, mais ligada à ação direta, com mais laços com o movimento real das massas trabalhadoras e um compromisso de luta contra a Alca.

Veja lista de seminários e oficinas marxistas

Publicamos abaixo uma relação de propostas de Seminários e oficinas, de conteúdo marxista, que estarão programadas no Fórum:

Seminários

A luta contra a guerra imperialista: desafio na construção do internacionalismo no início do século (promovido pelo Instituto José Luís e Rosa Sundermann). A mesa do seminário será composta por: Martin Hernandez (Argentina), James Petras (EUA), Farook Tarik (Paquistão), Ahmed Shawki (EUA).

Reforma ou revolução: uma discussão atual no Brasil e América Latina (também promovida pelo Instituto José Luis e Rosa Sundermann e pela revista *Marxismo Vivo*). A mesa deste seminário será composta por: Eduardo Almeida Neto (Brasil), James Petras (EUA), José Welmovicki (Brasil), Tom Lewis (EUA).

Alca e a luta sindical de resistência: perspectivas para 2002 (promovido pela Rede Sindical Internacional de Solidariedade Ativa). Mesa composta por dirigentes sindicais do Brasil: (Luis Carlos Prates, Sindicato Metalúrgicos de São José Campos; Emanoel Melatto, Sindicato Metalúrgicos Campinas), dos EUA, Argentina entre outros.

Experiências e estratégia de construção de solidariedade internacional ativa nas lutas (impulsionada pela Rede Internacional de Solidariedade Ativa). Mesa composta por dirigentes sindicais do Brasil, Espanha, Alemanha, EUA, Argentina.

Em defesa da Educação Pública (promovida pela Rede Internacional), com mesa comandada por Roberto Lehrer, presidente da Andes.

Oficinas

Poderes globais e lutas internacionais (promovido pelo Instituto de Estudos Socialistas – IES).

Novos sujeitos sociais e a perspectiva socialista: protagonismo proletário no movimento anti-globalização (IES e a cargo de Valerio Arcary, membro da direção nacional do PSTU).

Direito de classe e revolução socialista, promovida pelo Instituto Rosa e José Luis Sundermann. A cargo do advogado e militante socialista, Emílio Astuto.

Narcotráfico e dependência nacional. A cargo do dirigente socialista boliviano Jaime Vilela.

Globalização e racismo. Organizado pelo Núcleo de Consciência Negra da USP.

Cotas: para que se comece a fazer justiça. Também organizado pelo Núcleo de Consciência Negra da USP.

Gênero e classe. Organizado pelo Luta Mulher.

GLTS e o movimento político. Oficina promovida pela Associação Lésbica de Minas Gerais.

NEGROS

Uma luta de raça e classe

Wilson H. da Silva,
membro da Secretaria de Negros e Negras do PSTU

O Dia Nacional de Consciência Negra, 20 de novembro, foi marcado por manifestações em todo o país. Para lembrar os 306 anos da morte de Zumbi negros, negras e militantes anti-racistas saíram às ruas das principais cidades brasileiras. As maiores manifestações ocorreram em Salvador, onde calcula-se que cerca de 300 mil pessoas participaram das três diferentes atividades promovidas pelos diversos setores do movimento negro.

Em várias dessas atividades ocorreu uma mesma discussão. De um lado, lamentavelmente majoritário, estavam aqueles que querem transformar a luta contra o racismo numa "batalha" pela "cidadania negra", ou seja, pela "inclusão" de negros e negras nesta sociedade; do outro, juntamente com a Secretaria de Negros e Negras do PSTU se posicionaram militantes e ativistas que só vêem a luta anti-racista como parte fundamental da luta contra o capitalismo e seus representantes.

Essa tem sido a dinâmica que a maioria do movimento negro — dirigido majoritariamente pelo PT e o PCdoB — tem dado ao setor. O mais recente e escandaloso exemplos disto foi a condução que estes movimentos deram ao processo que levou à Conferência Mundial Contra o Racismo, promovida pela ONU, na África do Sul.

Ao aceitarem fazer parte da delegação oficial do governo brasileiro, a direção do movimento negro não só se submeteu à vergonhosa situação de ser dirigida pelo branquíssimo diplomata Gilberto Sabóia — com Benedita da Silva fazendo o ridículo papel de presidente-testa-de-ferro desta farsa —, como também transformou reivindicações históricas do movimento negro em um lamentável blá-blá-blá em torno de "saídas institucionais".

Para a Secretaria de Negros e Negras do PSTU o Dia Nacional de Consciência Negra é para lembrar que a luta contra o racismo deve ser cotidiana, sem tréguas. Uma luta de raça e classe, que só pode ser travada coerentemente contra os patrões e a burguesia e todos aqueles que patrocinaram e se beneficiam do racismo.

Correio Internacional

Publicação da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional www.litci.com Nova Época, Número 93, Dezembro de 2001

DECLARAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

DETENHAMOS A GUERRA IMPERIALISTA CONTRA OS POVOS!

UM PRIMEIRO TRIUNFO DA CONTRA-OFENSIVA IMPERIALISTA

Com a tomada de Cabul, Mazar el Sharif e com a queda de Kandahar, a guerra entrou em uma nova situação, em que o poder central passou às mãos da Aliança do Norte, dos grupos ligados ao ex-rei Zahir e ao imperialismo.

Já foi negociada a formação de um novo governo fantoche sob os auspícios da ONU com as forças que se colocaram sob a bandeira da "guerra contra o terror". Ficou evidente que o avanço das tropas da Aliança do Norte foi possível devido aos bombardeios assassinos das Forças Armadas norte-americanas, que não pouparam nem sequer prédios da Cruz Vermelha e da ONU.

As bombas *daisy-cutter* e outras terríveis armas do arsenal de destruição dos EUA foram empregadas para criar um profundo terror nas populações vítimas desses atentados. Essas foram as armas daqueles que dizem combater em nome do "bem" e da "civilização".

Se ainda faltava alguma demonstração do caráter imperialista dessa guerra, os massacres posteriores perpetrados pelas tropas mercenárias da Aliança do Norte, sob os auspícios e assessoria norte-americana, tanto contra prisioneiros estrangeiros que lutavam ao lado do Taleban como contra milicianos talebans rendidos, demonstram uma vez mais quão falaciosa era a propaganda da guerra da "civilização contra a barbárie".

ESSA GUERRA FAZ PARTE DE UMA ESTRATÉGIA RECOLONIZADORA

Mas a chamada guerra contra o terror é a cobertura para a operação imperialista de imposição colonial sobre a região, fechando o cerco sobre qualquer tentativa de autonomia em todo o mundo. Por isso queremos insistir: essa é uma guerra de recolonização.

Segundo o jornalista inglês John Pilger, um antigo ministro de relações exteriores do Paquistão, N. Naik, revelou que funcionários importantes dos EUA lhe disseram, em meados de julho, que estava sendo preparada para meados de outubro uma ação militar contra o Afeganistão. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, estava nesse momento viajando pela Ásia Central, conseguindo apoio para a "coalizão" contra o Afeganistão.

Para Washington, o verdadeiro problema com o regime Taleban nunca foi o desrespeito aos direitos humanos. Durante anos o regime afegão teve o apoio do governo dos Estados Unidos. A Arábia Saudita e a Turquia, com seus regimes ditatoriais, recebem amplo apoio dos norte-americanos.

A concentração de forças militares das principais potências imperialistas impôs uma derrota às forças do Taleban, que tiveram que se

retirar das principais cidades. Com isso, a política de Bush, que começava a ser questionada internamente entre os aliados, se fortaleceu.

A declaração do FMI apoiando e orientando os países latino-americanos a aceitar a Alca, mostra que o imperialismo norte-americano quer aproveitar a ofensiva e avançar no controle econômico; sente-se forte. Mas há outros aspectos. Não por acaso, logo após a vitória no Afeganistão, a Câmara dos Deputados dos EUA aprovou o *fast track*, que permite ao governo negociar a Alca.

O verdadeiro projeto estratégico do imperialismo foi bem ilustrado por um representante do governo norte-americano que disse que *"assim que o petróleo e o gás do mar Cáspio fossem escoados, o Afeganistão se converteria, como a Arábia Saudita, em una colônia petroleira, sem democracia e com a perseguição legal das mulheres."*

O problema era que o regime Taleban, além de não ter um controle total sobre o Afeganistão, tinha alguma resistência em deixar passar todo e qualquer projeto dos monopólios petroleiros, o que deixava os investidores imperialistas, em particular os dos EUA receosos em financiar os custosos investimentos para a lavra e o transporte do petróleo via os gasodutos desde o Mar Cáspio.

E essas reservas, são de vital interesse para os EUA. Desde 1996, após a subida do Taleban, a questão passou a ser: com quem fazer os contratos de maneira a garantir que sejam respeitados ?

No Cazaquistão, que foi parte da ex-União Soviética, esse problema está bem resolvido para essas multinacionais, com a total submissão e colaboração do regime pós-stalinista. Hoje, os EUA tem acesso completo às riquezas desta antiga república soviética, cujo regime é uma ditadura absolutista colonial. Os EUA querem eliminar todo e qualquer obstáculo à sua dominação

Assim, o problema do enfrentamento com os talebans e com Osama bin Laden tem a ver com interesses econômicos bem concretos e com o controle político e militar de uma área estratégica. Portanto, caçar Osama e destruir o Taleban não são apenas pretextos. O problema é que, independente dos seus métodos bárbaros, estes setores se enfrentaram com o imperialismo. As multinacionais dos EUA já controlavam Cazaquistão, Usbequistão, Tadjiquistão, mas o Afeganistão opôs resistência (apesar da origem dos talebans, vinculada à CIA e ao serviço secreto do Paquistão). E isso era intolerável para o governo norte-americano.

Reuters

O imperialismo aproveitou-se do caráter da direção taleban para derrotá-la, já que como corrente, não somente burguesa, mas opressora dos direitos democráticos e nacionais, deixou o terreno propício à tropas mercenárias ao estilo da Aliança do Norte. Esta, dizendo-se combater em nome da liberdade, conseguiu angariar adesões nos setores perseguidos e fez o serviço de combater em terra, articulada com os bombardeios maciços, para abrir terreno ao desembarque das tropas dos EUA sem uma resistência maior da população.

A natureza burguesa da corrente fundamentalista da qual é parte o Taleban, assim como seu programa político reacionário teocrático e seus métodos antioperários, não garantiram sequer que fossem conseqüentes até o fim na luta contra o imperialismo. Sua rendição em Kandahar, onde sua principal preocupação parece ter sido a fuga de seu principal dirigente e não a organização de uma resistência à ocupação dos EUA, foi expressão desse caráter.

Foram um obstáculo nesta luta também por sua ação em uma série de países, travando a auto-organização do movimento operário e popular na região. Além disso, o terror individual como método, representado pela Al-Qaeda, serviu não só para dar uma série de pretextos ao inimigo, como facilitam a tarefa do governo dos EUA em angariar um maciço apoio interno à sua "guerra contra o terror".

O IMPERIALISMO QUER ESTENDER O ATAQUE: GUERRA TOTAL CONTRA A INTIFADA

No Oriente Médio, a Intifada - a heróica resistência do povo palestino - havia obrigado o próprio governo Bush a ensaiar uma pressão moderadora sobre o assassino sionista Sharon no começo da guerra. para aparecer como "neutro" frente às massas árabes e diminuir a pressão popular sobre os governos árabes servis, como os doEgito e Arábia Saudita.

Uma vez que um primeiro triunfo ficou mais claro, Bush volta a respaldar totalmente os ataques de Israel, que lançou uma ofensiva direta contra a população civil e contra a própria Autoridade Nacional Palestina de Arafat. Querem estender a guerra em nome do "bem" à Palestina e aí já contam com um exército armado até os dentes por eles, uma "Aliança do Norte" ainda mais preparada para a guerra e disposta a qualquer carnificina para defender seu estado racista: as Forças Armadas de Israel.

Sharon quer acabar com a Intifada a ferro e fogo. A destruição dos edifícios nas terras palestinas ocupadas são a demonstração clara da disposição de Sharon de submeter e voltar a ter nessas áreas a situação pré-1993 (acordos de Oslo), o que só é possível às custas de um banho de sangue do povo palestino.

Sharon não diminuiu os ataques com mísseis e aviões contra a população civil (também em nome da "guerra contra o terror") apesar dos desesperados e patéticos intentos de Arafat, de mostrar sua disposição em reprimir inclusive seus "radicais", de acordo às exigências israelenses, o que já gerou uma resposta da população palestina contra o próprio Arafat.

A GUERRA VAI MUITO ALÉM DO AFEGANISTÃO

Bush declarou em seu último discurso: *"a guerra apenas começou, agora temos que enfrentar a fase mais difícil"*. Não estava se referindo apenas ao Afeganistão, mas como explicou depois, ao Iraque, à Somália, Sudão e possivelmente à Colômbia.

No governo norte-americano cresceram as vozes dos que querem aproveitar o avanço no Afeganistão para liquidar "contas pendentes" e estabelecer de forma mais definida o controle da área: fala-se abertamente em bombardear o Iraque até derrubar Sadam Hussein. E também em fazer o mesmo com todos os países que eles considerem opositores à sua guerra contra o terror, ou seja, a Somália, Sudão, Iêmen, até se fala em

Síria, Hezbollah no Líbano, Irã.

Como chegou a dizer um analista de muita influência no governo Bush, trata-se de *"montar um governo no Iraque e em outros países que seja algo entre o Xá do Irã e o atual governo turco"*.

Na Colômbia, a mesma receita já está sendo aplicada: os paramilitares exibem-se com milhares de seguidores armados até os dentes, sob a complacência do Exército colombiano, que, por sua vez, é orientado diretamente pelos assessores norte-americanos de acordo ao Plano Colômbia. Os responsáveis dentro do governo Bush são os mesmos da época de Reagan, do apoio aos contras nicaragüenses. Passaram a catalogar os guerrilheiros colombianos como "terroristas" e andam falando em jogar mais direto e pesado contra as FARC e o ELN.

Reuters

Ato realizado em Londres, no último dia 25, exigiu fim dos bombardeios

Chamam todos esses setores de "terroristas" e os estados que os "abrigam" de estados "delinqüentes", para justificar ataques mortíferos e até mesmo novas invasões. Por isso mesmo a luta contra o imperialismo deve prosseguir, exigindo a retirada das tropas dos EUA e dos outros países imperialistas, repudiando o protetorado da ONU que está sendo montado, defendendo o direito à autodeterminação e apoiando as ações de resistência contra a invasão.

No entanto, a região continua polarizada, com fortes reações do movimento de massas onde há mais regiões fora do controle direto imperialista. É aí que está a maior revolução contra o domínio imperialista: a Intifada.

Agrega-se a esse quadro o Paquistão, cujo governo deu um giro e abandonou seu antigo aliado afegão. Essa repentina mudança de lado detonou uma ira muito grande entre as massas. Esse país não será mais o mesmo, mesmo que a resistência afegã seja profundamente derrotada por um longo período. O mesmo pode ser dito sobre os temores em relação a Arábia Saudita e ao Egito: as preocupações do imperialismo aumentaram muito com a reação de massas contra os ataques imperialistas.

O PROTETORADO EM FORMAÇÃO NO AFEGANISTÃO

Ainda que não se saibam exatamente os protocolos da reunião de Bonn, uma coisa ficou clara: o imperialismo vai tratar de controlar de perto o poder na região. A fórmula mais divulgada, e trabalhada pelo enviado especial argelino Lakhdar Brahimi, é a de um contingente de ocupação com tropas de aliados europeus e países muçulmanos mais distantes e "confiáveis", como a Turquia ou Jordânia, que disciplinem as facções em disputa, e um governo por dois anos monitorado pela ONU.

Há uma preocupação especial com a Aliança do Norte: os agora recém promovidos a "heróis da liberdade" já foram governo em Cabul e o exerceram com uma ditadura total e sanguinária. E sendo de origens étnicas minoritárias na região, impunham a ferro e fogo aos setores majoritários sua lei. Foram acusadas de violações, torturas, assassinatos e não mudaram muito, pois seus comandantes estão cumprindo a ameaça de matar os integrantes do Taleban capturados e todos os estrangeiros que lutaram a seu lado.

O problema é que o imperialismo optou por utilizar os serviços da Aliança do Norte como tropa terrestre para não arriscar seus homens. Agora, tem que lidar com o fato de que são as tropas da Aliança que estão ocupando Cabul, Mazar el Sharif, Herat. Os demais setores não reconhecem neles a autoridade para governar o conjunto do Afeganistão. E será muito difícil manter a imagem de intervenção "humanitária" com tal tipo de gente e, mais importante que isso, sua ação pode gerar uma guerra civil nas cidades ocupadas, ainda mais ampla, contra a gestão desses senhores de guerra.

Por isso, será necessário deslocar tropas da ONU em número suficiente para ter peso em todo o país e colocar a ONU diretamente na formação e condução do novo poder de Estado, repetindo em forma ampliada as experiências do Kosovo, Bósnia e Timor.

O problema virá se houver resistência e ações militares de guerrilha contra as tropas de ocupação. Assim como não se pode descartar conflitos entre as forças afegãs, pois há muitas diferenças entre as diversas componentes da Aliança do Norte, tanto pelas etnias que a compõem, como pelos chefes de clãs que brigam entre si pelos poderes local e nacional. Isso poderá abrir um longo período de ocupação desgastante para o imperialismo.

Um novo protetorado está sendo montado com a participação local de uma série de representantes de tribos e correntes díspares de várias tendências. Esse foi o sentido da reunião feita em Bonn, por iniciativa do governo alemão, e sob os auspícios da ONU. O presidente seria dos pashtus ligados ao ex-rei e os ministérios mais importantes ficam com a Aliança do Norte.

Nessa reunião já apareceram também as dificuldades para esse tipo de montagem imposta de fora. Apesar de ser a principal força militar e de ter aproveitado com tudo a disposição dos EUA em utilizá-los para abrir caminho e servir de tropa de ocupação nativa, a Aliança do Norte não quer simplesmente ser a bucha de canhão. Quer aproveitar as tropas que mantém nas cidades que o Taliban se retirou e exigir uma forte presença no novo governo. Aceita plenamente as tropas dos EUA, com a qual colaborou de bom grado, inclusive no massacre sem sobreviventes dos rebelados de Mazar el Sharif, mas colocou obstáculos à presença de outras tropas, inclusive as inglesas. E querem ainda limitar o número de tropas da ONU.

O objetivo da Aliança, contemplado na primeira formação de governo da ONU, é ficar como a responsável pela "segurança" do novo regime, o que a valorizaria mais como guarda armada nativa, dando-lhe mais controle e cacife para as futuras negociações sobre o governo a ser indicado após os seis meses de transição. O general Dostum, famoso por seus massacres, já declarou que não ficou satisfeito com a divisão do botim.

A DISPUTA DO BOTIM

Frente à invasão do Afeganistão e a uma abertura do rico mercado petrolífero da região ao imperialismo, já começou uma disputa pelo produto do saque entre as grandes potências. Embora nenhuma se atreva a questionar o "direito de preferência dos EUA", hegemônico e mais ainda após ter posto suas forças armadas na direção absoluta da guerra, tendo como apêndice a Grã-Bretanha, todos os países imperialistas, e até alguns países não imperialistas mas que tem importância regional (Rússia, Irã), tratam de se posicionar de forma a garantir sua parte do botim.

Tanto o Japão como a Alemanha trataram de enviar tropas (e superar as proibições vigentes desde a 2ª Guerra Mundial) para ocupar seu espaço. Na Alemanha, o primeiro-ministro Schroeder arriscou até mesmo seu governo para impor o envio de tropas a tempo de entrar na área com força militar. Para isso, enfrentou uma ameaça de rebelião nos aliados do Partido Verde e no seu partido, o SPD. Ele não passou por tal crise apenas por problemas ideológicos, mas pelos interesses em jogo. Afinal, venceu e ficou no governo com o SPD e os Verdes. Seu ministro "pacifista", Joshka Fischer é o anfitrião em Bonn das facções afegãs para acertar o futuro governo. O problema é que também os ingleses querem sua parte, assim como a França, etc.

Essa dinâmica vai levar a que cada imperialismo trate de cooptar para si setores afegãos. Não foi por acaso que a Aliança do Norte chegou a declarar não querer "estrangeiros", justamente quando as tropas inglesas iriam desembarcar. Mas não disseram um ai sobre as tropas e os aviões dos EUA. Cada vez há mais tropas norte-americanas lá.

A ESQUERDA E A GUERRA

Naqueles setores ditos de esquerda que apoiaram a guerra em nome da luta contra a barbárie, já se escutam vozes da esquerda "humanitária" pedindo a entrada urgente da ONU para "garantir os direitos do povo afegão", ou ainda "assistência para os refugiados". Acabam ecoando o discurso "são todos bárbaros", "precisam de gente de fora civilizada para impor ordem neste país atrasado".

Em nome da vida daqueles a que não se opuseram que fossem bombardeados, acabam por aceitar a imposição de um governo colonial ao povo afegão. Adaptam-se, assim, à política imperialista: os EUA querem a ONU para determinadas tarefas, mas vão ter seus próprios soldados operando sob seu próprio e único comando. Para as Nações Unidas sobra o "papel" de limpar os escombros dos bombardeios e organizar "protetorados coloniais", como assinalou John Pilger.

Mas ainda assim, a maioria das forças de esquerda fala em "tropas de paz", ou "intervenção da ONU para conter o massacre", como se o massacre não estivesse sendo feito por iniciativa e sob as ordens dos EUA e sem qualquer oposição e mesmo sob os auspícios da ONU, cujo Conselho de Segurança aprovou as iniciativas dos EUA. Mais ainda, fala em organizar voluntários ou comboios de ajuda humanitária às "zonas liberadas" dirigidos seja aos sindicatos, organizações de mulheres ou ONGs.

Ter como bandeira a intervenção da ONU é apoiar a instalação de um novo protetorado, é ajudar a "limpar os escombros" dos massacres sem denunciar o responsável pelos bombardeios e massacres: o imperialismo dos EUA. É acreditar que o representante do ex-rei Zahir, Hamid Karzai ou os chefes dos bandos da Aliança do Norte sejam uma saída "democrática" desde que haja a seu lado algum funcionário ocidental para "orientar" e legitimar sua gestão.

Assim, em nome da "democracia", de elementos de liberdade de expressão que sob o Taleban eram reprimidos, como a música, cinema, religião, etc., caem na armadilha do imperialismo que quis apresentar a guerra como "luta contra a barbárie". Setores feministas caem no conto da "libertação das mulheres" pela presença de uma representante feminina como peça decorativa na delegação a Bonn.

cinemas, as mulheres sem burga, etc. e fecha os olhos aos massacres já praticados hoje em Kunduz, Mazar el Sharif por essas mesmas forças, esquece que os EUA até agora estão muito satisfeitos, apesar dos mesmos abusos.

Sua vitória não vai colocar esses povos mais perto da liberdade, mas ao contrário, mais perto da submissão e da prisão. O primeiro passo será o novo governo fantoche sob o patrocínio da ONU, que tratará de preparar as condições para a dominação colonial "pacífica". Portanto, ter como centro a ajuda humanitária em frente única com a ONU e seu governo fantoche é uma capitulação ao plano imperialista.

O MOVIMENTO CONTRA A GUERRA IMPERIALISTA DEVE CONTINUAR

Acreditamos que, como tem declarado enfaticamente o governo Bush, a guerra contra o terror "está apenas no começo", ou seja, não vai parar em Cabul ou Kandahar. O triunfo no Afeganistão os anima a continuar em seu verdadeiro projeto estratégico de recolonização e pilhagem. Já se vê o resultado na guerra aberta e declarada de Israel contra os palestinos em nome do combate ao terror. É necessário entender essa ofensiva em toda a sua gravidade. Seja no Iraque, Somália, Colômbia, na tentativa de imposição da Alca a todo vapor, o imperialismo norte-americano se sente fortalecido e vai redobrar a guerra contra os povos.

No entanto, acreditamos que ele não tem o caminho aberto nem tranqüilo. A luta contra a guerra nesses dois meses já expressou nos países envolvidos a nova situação aberta pelo desgaste do neoliberalismo, pelas ações contra a globalização e pelo começo da recessão econômica mundial, além dos protestos e do repúdio generalizado nos países árabes e muçulmanos.

Mesmo nos países imperialistas as mobilizações foram surpreendentemente rápidas e fortes, tendo em vista a comoção causada pelos atentados de 11 de setembro, que permitiram uma propaganda monolítica em defesa da "civilização" e do "bem", como sintetizou Bush, se aproveitando das mortes causadas pelos ataques.

As manifestações da Itália, em que as ações contra a guerra superaram de longe a tentativa do governo de ganhar o apoio à agressão imperialista, as grandes manifestações na Inglaterra, pais que está na linha de frente da invasão, a crise na Alemanha que quase derrubou o governo Schroeder, mostraram um repúdio importante, embora minoritário, contra a guerra de colonização.

Mesmo nos EUA, onde uma amplíssima maioria apóia o esforço guerreiro, uma vanguarda vinha se manifestando contra a guerra. Ainda que possa haver uma diminuição do movimento pela propaganda e pelo recuo da resistência no Afeganistão, a tarefa de seguir construindo o movimento contra a guerra continua, mais ainda agora, que a ofensiva tende a se estender a outros países.

Mas o pior que poderia acontecer é que frente à diminuição momentânea dos bombardeios em função da nova situação, se pensasse que a guerra terminou ou que apenas a ocupação do Afeganistão é o suficiente para saciar o apetite do imperialismo. O problema aí é não acreditar nos cantos de sereia de que a liberdade triunfou ou que Bush buscava apenas uma "vingança contra os responsáveis" pelos atentados e que agora tudo se pacifica. Não é isso o que mostra a guerra declarada contra o povo palestino, ou as ameaças à guerrilha colombiana, ao Iraque e a todos os países que possam ser obstáculos à ofensiva colonizadora. Cabe agora ao movimento antiglobalização e aos trabalhadores não cair no canto de sereia da 'intervenção civilizadora'.

É necessário mais do que nunca denunciar a ocupação no Afeganistão e o papel de cobertura da ONU. É necessário manter a luta para derrotar o imperialismo e seus cúmplices na Palestina, na América Latina, nos próprios países imperialistas. Mostrar aos jovens que lutam contra a globalização que há que lutar contra o esforço militar imperialista que é o ponto avançado da ofensiva globalizadora do imperialismo. Que se não derrotarmos essa ofensiva, mais e mais miséria, ataques ao meio ambiente, aos direitos dos trabalhadores e minorias vão se multiplicar.

Não à ocupação! Fora tropas imperialistas do Afeganistão! Fora a ONU e seu protetorado colonial! Direito à autodeterminação do povo afegão!

Todo apoio à Intifada! Detenhamos a ofensiva imperialista contra os demais povos!

Não à Alca e ao Plano Colômbia!